



PROGRAMA ELEITORAL

REGIONAIS 2024

Levar

os Açores

a sério

O governo de direita só aprofundou problemas estruturais dos Açores

O resultado da governação do PSD, do CDS, do PPM, apoiados pelo CH e pela IL é uma região mais pobre do que quando a direita chegou ao governo; um mercado de trabalho cada vez mais assente em baixos salários e exploração; uma crise da habitação a crescer e sem solução à vista; um Serviço Regional de Saúde (SRS) em gestão corrente, subfinanciado e sem investimento; ausência de estratégia para a ciência; a coesão regional e o direito à mobilidade alienados com privatização da SATA; a manutenção da desregulação do turismo iniciada pelos governos do PS; o total abandono da cultura; o desprezo pelos transportes terrestres; o fraco investimento público que resulta na fraca resposta às pessoas.

Perante todos estes problemas, o governo agita a bandeira da Tarifa Açores, como se este fosse o remédio para todos os males da região.

O acordo de PSD, CDS e PPM com o CH causou um terremoto político no país, colocando a extrema-direita a influenciar um governo, pela primeira vez em democracia. Na Madeira o PSD já percebeu o perigo que o CH representa para a autonomia, e já o chama de partido anti-autonomia, mas Bolieiro finge que não sabe.

Com o aproximar do fim da legislatura, os interesses da direita de Lisboa e o reconhecimento de uma má governação levaram CH e IL - corresponsáveis pelas grandes decisões da legislatura - a tentar demarcar-se do governo que teve o seu último orçamento aprovado também pelo PAN.

Este é um sinal de uma governação à qual os próprios parceiros não querem ser associados. Ao fim de praticamente três anos de governo de direita, o discurso é de permanente desculpabilização, o que demonstra a sua incapacidade de promover mudanças que tragam desenvolvimento aos Açores.

A direita adotou com rapidez o pior dos 20 anos de maioria absoluta do PS. O clientelismo e a distribuição de jobs aos muitos boys foi a sua grande prioridade, para criar a rede de influência e controle político e tentar alcançar a vitória nas próximas eleições regionais. Assiste-se ainda à crescente captura pelos grandes interesses da região e pelos caciques locais.

A alternativa à direita não é o regresso à maioria absoluta do PS

O governo de direita executa, em grande medida, o programa do PS com pendor mais liberal. Exemplo disso são os projetos ligados ao PRR elaborados pelo PS que foram mantidos na

Íntegra pelo governo de direita. Isso explica o porquê do centro da oposição do PS não ir além da crítica à falta de competência do governo.

Não basta apontar baixas execuções dos investimentos ou desperdícios de fundos comunitários para construir uma política alternativa. A questão de fundo é o que se quer fazer diferente e que desenvolvimento se preconiza para os Açores.

O programa político do PS, sem propostas alternativas de fundo, continua a ser o programa de 2020. Esse programa não servia aos Açores em 2020 e continua a não servir hoje.

Diariamente o governo da República recorda-nos o que significa o PS como maioria absoluta. Os Açores conhecem-no bem.

Uma alternativa à direita são novas políticas que façam a ruptura com as atuais e com as que foram implementadas no passado.

Levar os Açores a sério

Durante a atual legislatura, o Bloco foi firme na oposição ao governo de todas as direitas.

Combatemos as políticas que condenam os Açores a ser uma região pobre, denunciámos as negociatas entre o governo e empresas de amigos, assim como os grandes negócios que servem os interesses instalados nos Açores, como o milionário negócio do fuelóleo que alimenta com dinheiro público os lucros obscenos do maior grupo económico dos Açores.

As negociatas e os grandes negócios feitos com dinheiro público empobrecem as pessoas e são um bloqueio ao desenvolvimento da região.

Simultaneamente, o Bloco não abdica de apresentar uma alternativa.

Ela passa por construir uma nova economia que distribua a riqueza de forma justa; por construir uma região mais coesa social e territorialmente, com serviços públicos modernizados e universais que dêem resposta atempada e com qualidade.

A consolidação do trabalho do Bloco como partido que denuncia os grandes interesses e que tem um programa de governo de esquerda para os Açores, uma verdadeira nova política, é o nosso compromisso.

O património político de propostas, adaptado à situação social e económica atual, constituirá o programa eleitoral que o Bloco/Açores levará às próximas eleições regionais. Um programa de esquerda, alternativo à direita e ao PS.

Quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento dos Açores

Nos Açores o círculo vicioso do subdesenvolvimento alimenta-se de uma economia de baixo valor acrescentado e de baixos salários, baseada num forte setor importador, no turismo e num setor primário em dificuldades. O atual governo de direita aprofunda esse caminho com a aposta total no turismo e não esboça um esforço de diversificação da economia.

A economia dos Açores empurra os jovens que não encontram emprego e salários decentes para a emigração, única forma de alcançarem estabilidade para ter casa e constituir família.

O governo de direita subsidia a contratação de trabalhadores precários, num esquema que fomenta a precariedade com dinheiro dos impostos dos próprios trabalhadores.

Os jovens em idade escolar sabem que viver e trabalhar nos Açores significa quase sempre baixos salários. Desistem de estudar e integram um mercado de trabalho que os quer manter com baixas qualificações para moderar reivindicações salariais. Este círculo gera e mantém a pobreza.

O Bloco quer quebrar esse círculo vicioso com políticas que constituem uma batalha pelo futuro dos Açores.

1. Combater sem tréguas o abandono escolar, aumentar as qualificações, qualificar a economia

É difícil desenvolver uma região em que 26,1% dos jovens abandona a escola antes de completar o 12º ano.

As escolas vêm-se confrontadas por uma gigantesca falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Não há dinheiro nas escolas para comprar os materiais mais básicos, um cenário que se tem vindo a agravar.

Por outro lado, a falta de pessoal de ação educativa, a existência de trabalhadores em situações de total precariedade e desproteção - como os bolseiros ocupacionais - colocam constrangimentos inadmissíveis ao trabalho da escola, para além das óbvias situações de atropelo dos mais básicos direitos laborais e de proteção social dos trabalhadores precários.

A falta de professores nas escolas dos Açores tem-se vindo a agravar. No atual ano letivo de 2023 atingiu proporções verdadeiramente preocupantes. Até final de dezembro de 2023 já foram abertos mais de 490 concursos para recrutamento de professores pelas escolas por já não existirem professores nas bolsas de recrutamento. As alterações legislativas promovidas pelo governo regional de direita, não garantem a integração de professores precários após 3 anos de serviço e não combatem este caminho preocupante da escassez de docentes que

coloca em causa a educação.

A falta de qualificações superiores limita a inovação e bloqueia o desenvolvimento de uma economia qualificada. É urgente um ambicioso plano de investimento público que torne o ensino superior acessível a todas e todos os jovens açorianos.

Só com financiamento adequado é possível promover um ensino superior de qualidade. A Universidade dos Açores, fundamental na formação superior na região, não pode continuar a ser subfinanciada.

Muitos investigadores de centros de investigação sediados nos Açores continuam a viver na incerteza, com contratos de trabalho a termo. Garantir a investigação em áreas fundamentais para o futuro dos Açores passa por garantir a integração destes investigadores nos quadros de instituições locais.

Por outro lado os açorianos e açorianas têm hoje acesso ao mercado laboral para além das nossas nove ilhas graças às inovações tecnológicas e ao crescente número de empresas que trabalham em regimes de trabalho remoto. Apesar deste cenário de enorme potencial, os Açores desperdiçam oportunidades na economia do conhecimento, que é bem remunerada pois baseia-se em competências altamente correlacionadas com altos níveis de escolaridade.

Propomos um conjunto de medidas de fundo para aumentar as qualificações, combater sem tréguas o abandono escolar precoce, recuperar os anos perdidos e para levar a sério a educação.

Propomos por isso

- Um programa de escolarização para adultos de modo a que os Açores, em 10 anos, atinja a mesma proporção de adultos com o ensino secundário que existe a nível nacional, para além de formação em áreas técnicas;
- A implementação de um plano integrado de combate ao abandono escolar precoce que envolva toda a sociedade - escola, famílias e instituições locais - para reduzir a taxa de abandono escolar precoce nos Açores, que envolva a criação de incentivos aos alunos que concluem o ensino secundário, com o objetivo de atingir a taxa atual nacional em 5 anos.
- Dotar as escolas dos recursos materiais e financeiros, acabando com o sufoco financeiro a que estão sujeitas.
- Integrar os trabalhadores precários das escolas, desde assistentes operacionais, assistentes técnicos e bolseiros ocupacionais;

- Criar bolsas de recrutamento de pessoal de ação educativa por ilha para garantir substituições temporárias de forma célere e desburocratizada.
- Garantir que, após 3 anos de serviço, os professores sejam integrados nos quadros
- Garantir a recuperação do tempo de serviço intercarreiras dos docentes em mobilidade por motivos de saúde.
- Promover a manutenção do edificado escolar em toda a região e priorizar a requalificação profunda ou construção de novas escolas em situações de degradação conhecidas.
- Promover uma avaliação científica e financeira da introdução dos manuais escolares digitais nas escolas da região antes de decidir pelo seu alargamento a todos os níveis de ensino.
- Aumentar para 100% a taxa de pré-escolarização das crianças a partir dos 3 anos.
- Aplicar os incentivos à fixação de docentes na região previstos na carreira docente, incluindo apoio ao arrendamento para docentes deslocados.
- Tornar o ensino superior gratuito (licenciaturas) para os jovens residentes nos Açores, através de bolsas para pagamento de propinas e principais despesas, priorizando a Universidade dos Açores.
- Criação de bolsas e apoios com uma componente reembolsável e outra não reembolsável para cursos de segundo e terceiro ciclo (mestrado e doutoramento) que envolvam, sempre que possível, a Universidade dos Açores, em que o reembolso do apoio reembolsável só se fará em caso do beneficiário atingir um determinado nível de rendimento anual;
- A defesa do adequado financiamento da Universidade dos Açores por parte da tutela e reforço da cooperação financeira da Região com aquela ao nível de projetos de investigação, desenvolvimento e formação em áreas prioritárias para a Região.
- Garantir a integração nos quadros de instituições locais de investigadores que trabalham em centros de investigação sediados nos Açores em áreas de investigação consideradas prioritárias para o desenvolvimento dos Açores.

2. Lutar por uma economia para as pessoas

Quebrar o círculo vicioso de subdesenvolvimento, só é possível atuando conjuntamente sobre a educação e a economia.

Mesmo com uma população com melhores indicadores de qualificações, o emprego será sempre de baixa remuneração e, portanto, um convite à emigração, sem uma economia de

elevado valor acrescentado.

Por outro lado, uma economia mais qualificada implica a aposta séria na investigação e desenvolvimento da economia.

Uma economia para as pessoas terá de passar, nos Açores, por defender o mar, garantir um turismo sustentável e respeitar o setor primário.

- O mar como o nosso grande património e potencial

Só vemos oportunidades perdidas e vistas curtas no que respeita à ciência e mais concretamente ao mar. A direita em três anos falhou em pôr de pé um edifício, o Martec, herdado do governo PS. O Observatório do Atlântico, projeto do Governo da República, eclipsou-se mal nasceu. Com o PS e PSD os Açores perderam centralidade política nas decisões sobre o mar.

As vistas curtas e a falta de ambição comprometem o futuro da região.

Propomos:

- A aposta no desenvolvimento científico e em novas atividades económicas não extrativas, ligadas à biotecnologia.
 - Criar um centro público de investigação nas ciências do mar, liderado pela região, que permita o desenvolvimento científico e tecnológico e onde se ponha em prática uma política de desenvolvimento científico e económico para o mar dos Açores.
 - A defesa intransigente da responsabilidade partilhada na gestão do mar dos Açores.
-
- O turismo como parte da economia e não como toda a economia

A direita tem como projeto de desenvolvimento económico apanhar a onda do turismo desregulado enquanto dura para benefício de aventureiros promotores turísticos e imobiliários.

Para além dos riscos inerentes a essa atividade, como a pandemia bem demonstrou, uma economia baseada no turismo significa pobreza e desigualdade.

Os baixos salários e a precariedade juntam-se a uma pressão insuportável sobre o território e sobre os preços da habitação.

O caminho da direita é mesmo tornar os Açores uma cópia a destempo da Madeira que, com os Açores, apresentam os maiores índices de pobreza.

A ausência de plano de ordenamento do setor e de qualquer planeamento digno de nota é a receita liberal.

Para o Bloco, o crescimento desenfreado tem de dar lugar ao desenvolvimento regulado que respeite o trabalho e o território, com limites ao crescimento. Só assim o turismo pode ser verdadeiramente sustentável e assumir o seu lugar na economia.

Propomos:

- Promover com urgência a revisão do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores (POTRAA), em linha com os princípios já apresentados pelo Bloco de Esquerda e que garanta, entre outros aspetos, a limitação do número de camas na hotelaria tradicional e alojamento local, a criação de quotas para o AL, o estabelecimento de limites ao número de viaturas rent-a-car, entre outras.
 - Não autorizar a construção de novos empreendimentos que aumentem a oferta de camas na região até à revisão do POTRAA.
 - Promover uma estratégia coerente de promoção da região enquanto destino de natureza, não massificado, em coerência com o definido no POTRAA.
-
- Modernizar e respeitar o setor primário

Milhares de açorianos vivem do que produzem na terra e do que retiram do mar. A modernização do setor primário e a transição para uma produção mais respeitadora do ambiente e com melhor rendimento, biológica na agricultura e sustentável nas pescas, é fundamental. Num mercado europeu e global inundado de produto indiferenciado é essencial criar uma produção de qualidade e respeitadora da natureza. Ao mesmo tempo, seja na agricultura, seja nas pescas, a indústria, a distribuição e outros intermediários ficam com a fatia de leão. E no caso das pescas, continua a existir distribuição medieval do rendimento. São urgentes políticas que garantam melhor distribuição do rendimento.

As pescas têm de deixar de ser uma atividade onde poucos rendimentos se auferem e onde a desproteção social é evidente. A distribuição desigual e injusta do rendimento, principalmente em São Miguel e Terceira, tem de evoluir para os critérios aceites nos nossos dias. Por outro lado, sem a formação de pescadores e a modernização da frota, não se conseguirá uma pesca segura e sustentável.

É ainda fundamental uma gestão criteriosa dos recursos haliêuticos. Com o governo de direita, as quotas regionais foram sendo torpedeadas por vários incumprimentos, no que constituiu

uma gestão governamental incompetente que, para além de colocar em causa os recursos, transmite uma mensagem de desleixo e permissividade.

Na agricultura, comecemos pelo alicerce, pelo incentivo à produção biológica certificada na agricultura e na pecuária, evitando a importação massiva de fatores de produção cada vez mais onerosos; pela dinamização da diversificação agrícola, ao invés da monocultura.

Os apoios necessitam de revisão urgente porque estão em contradição com o que se pretende para uma Região ecológica e sustentável que contribua para a prevenção das alterações climáticas e seja economicamente viável.

Os apoios são dirigidos à extensão e à monocultura, ao invés de privilegiarem a qualidade e a diversidade das culturas. Chegamos ao absurdo de penalizar um investimento agrícola por, no mesmo espaço, coexistirem culturas diferentes. Esta norma é contra todos os compêndios da diversificação agrícola e da manutenção dos nutrientes naturais dos solos. É um entrave a quem queira investir com intenção de obter rendimento, cumprindo as orientações e as regras da certificação biológica.

Este é o momento certo para se levantar questões pertinentes, tais como, acerca da utilização massificada de fertilizantes, herbicidas e pesticidas de síntese, altamente nocivos para a saúde humana e prejudiciais ao ecossistema e sobre a política de apoios, não só à agricultura biológica, mas também à convencional de prática sustentável e à mudança de paradigma na pecuária. É fundamental perceber a evolução do número de produtores biológicos certificados, por ilha.

O investimento orçamentado nesta área e o valor executado é muitíssimo baixo. Para além disso existem apoios à certificação biológica que nunca foram efetuados. Será importante perceber quantos produtores recorreram ao apoio em 2023 e qual o valor total dos apoios a pagar. Vamos certamente ter uma desagradável surpresa, mas teremos a noção do interesse que o Governo dedicou a esta área que irá, no futuro próximo, pela qualidade, ser um dos motores mais importantes da nossa economia.

Propomos para a agricultura

- Implementar medidas para a efetiva diversificação agrícola,
- O apoio efetivo, técnico e financeiro, à certificação biológica;
- Adequar a política de apoios, dirigindo-os para a transformação da agricultura nos Açores numa agricultura mais sustentável, diversificada e que caminhe para o modo de produção biológico.

Propomos para as pescas:

- O efetivo cumprimento da lei no que respeita à contratação de trabalhadores da pesca, nomeadamente a existência de contratos de trabalho e pagamento do salário mínimo em vigor na região.
- O estabelecimento de quotas de pesca regionais fundamentadas cientificamente, com vista à proteção dos recursos e maximização dos rendimentos.
- A implementação em todas as embarcações de pesca profissional e lúdica de dispositivos de monitorização, financiados a fundo perdido pela região, de modo a fiscalizar a atividade da pesca.
- Promover o levantamento das quantidades de pescado efetivamente capturadas pelas embarcações de pesca lúdica e garantir a fiscalização da atividade.
- Promover a modernização da frota de pesca de modo a garantir melhores condições de trabalho e de segurança.
- No quadro do estatuto das Regiões Ultraperiféricas e nas especificidades piscatórias dos Açores, lutar por uma derrogação que permita a cogestão do esforço de pesca com a Comissão Europeia.
- Pugnar pelo acesso a reformas dignas aos profissionais da pesca.

3. Políticas da habitação a pensar nas pessoas e não no lucro

Muitas famílias e jovens são enviados a uma verdadeira busca interminável: uma casa que possam pagar. A maioria das casas custa por mês tanto ou mais do que um salário ou então são casas para especuladores ou estrangeiros ricos.

Perante este cenário, o governo de direita apenas continuou a política para a habitação dos governos PS, como se nada se passasse.

Se em 2020 a habitação já era um enorme problema para milhares de famílias, ao qual a política de habitação dos governos PS não respondia, hoje, com a especulação imobiliária em grande, a subida dos juros do crédito à habitação e a corrida desenfreada à conversão de casas em Alojamento Local, a crise da habitação é uma emergência social.

A direita fica satisfeita com a bolha imobiliária porque está ao lado dos especuladores. As dificuldades das pessoas comuns são para a direita danos colaterais, no funcionamento do mercado.

Durante meses a fio, o governo regional queixou-se da reduzida verba para a habitação prevista no PRR (60ME), mas na reprogramação do PRR apenas alocou pouco mais de 4ME.

A este cenário dramático, o Bloco deve responder com uma revolução nas políticas de habitação nos Açores.

Urge aumentar fortemente a oferta pública de habitação para arrendamento, casas essas que se devem manter como propriedade da região para permanecerem no mercado.

O setor imobiliário, que é um dos responsáveis pela especulação de preços, deve ser chamado a contribuir para a resolução da crise da habitação através de quota de habitação a custos controlados para novos empreendimentos privados.

Ao mesmo tempo, é preciso alargar e aumentar os apoios aos custos com a habitação e limitar o Alojamento Local, responsável por reduzir o número de casas onde as pessoas podem efetivamente morar.

Propomos:

- Plano regional de habitação a médio prazo com a criação de habitação pública, através da nova construção e conversão de edifícios públicos existentes para arrendamento a preços acessíveis em número que permita a regulação do mercado na região e de forma dispersa pelo território;
- Utilização da autonomia regional para limitar o aumento de rendas em período de elevada inflação;
- Revisão dos sistemas de apoio ao arrendamento, nomeadamente quanto aos valores de renda de referência e valor do apoio financeiro;
- Introdução de novos mecanismos financeiros de apoio às famílias em dificuldade devido ao aumento das taxas de juro de habitação própria permanente;
- Para grandes empreendimentos urbanísticos, exigir a colocação no mercado de 25% das habitações a preços acessíveis;
- Introduzir quotas para AL por freguesia de modo a impedir a conversão de casas em alojamentos turísticos.

4. Combater a pobreza, rejeitar a estigmatização e culpabilização

A direita chegou ao governo assumindo em pleno, nos acordos de coligação e de incidência

parlamentar, a tese de que a pobreza é uma opção e que por isso quem é pobre e recebe apoios do Estado é “subsidiodependente”.

O combate à “subsidiodependência” que a direita se propôs fazer é a política mais visível do discurso e das concepções da extrema-direita.

A constante necessidade de propagandear qualquer redução dos números de beneficiários do RSI revela uma obsessão com a prestação social mais fiscalizada e mais estigmatizada à qual só têm acesso os mais pobres dos pobres. Os beneficiários do RSI são a ponta do iceberg de uma pobreza estrutural que a direita aprofunda.

O acesso ao RSI implica rendimentos dos agregados cada vez mais distantes (pequenos) dos rendimentos auferidos por quem está no limiar da pobreza. É por isso um apoio social que exclui cada vez mais pessoas em situação de grave carência.

Ao mesmo tempo, a taxa de risco de pobreza cresceu nos Açores nos últimos dois anos, voltando os Açores a ser a região mais pobre do país (26,1%), assim como os índices de desigualdade (Gini e S20/S80). A direita pegou na pesada herança dos governos do PS e ainda conseguiu fazer pior.

A direita governa para os setores da economia que dependem de mão de obra barata. Esta economia baseada na precariedade e no salário mínimo é uma máquina de gerar pobreza. Perto de 37% dos trabalhadores do setor privado nos Açores só auferem o salário mínimo.

Ano após ano o setor do turismo anuncia recordes, mas os salários nos setores relacionados continuam a ser miseráveis e a exploração não tem limites.

Os milhões de retorno do turismo continuam sem chegar ao bolso dos trabalhadores.

No contexto de elevada inflação o governo regional de direita não moveu uma palha para limitar os lucros de quem encheu os bolsos com a inflação e com o empobrecimento.

Só a mudança estrutural da economia para uma economia qualificada, com salários decentes, com uma justa distribuição da riqueza gerada e com a imposição de condições salariais por parte das empresas que recebem apoios públicos, pode constituir um caminho sustentado para uma redução drástica da pobreza na região.

Nesse processo, que se quer o mais curto possível, é fundamental mitigar a pobreza de uma grande parte da população, com apoios monetários reforçados, mas também acompanhamento de proximidade multidisciplinar, na escola, na saúde e nos diversos serviços da solidariedade social.

Propomos:

- Atualizar a estratégia regional de combate à pobreza, não deixando de aplicar as medidas já previstas na estratégia em vigor;
- Aumento de apoios sociais e da sua abrangência, com especial enfoque na pobreza infantil e nos idosos;
- Implementação de um novo apoio social que abranja as famílias excluídas dos apoios sociais nacionais com vista a mitigar os efeitos da pobreza extrema nos Açores
- Implementar uma nova política de apoio à população sem abrigo, incluindo o programa Casa Primeiro (Housing first).

5. Investir no SRS para o salvar

Um dos problemas estruturais do SRS é o seu crónico subfinanciamento que se traduz em vários problemas no acesso e na qualidade dos cuidados de saúde, desde a falta de profissionais até a equipamentos e infraestruturas.

A direita prometia acabar com o subfinanciamento do SRS numa legislatura. Quase no último ano da legislatura verifica-se que o subfinanciamento continua em força nos hospitais e nas unidades de saúde de ilha. O governo de direita chega ao ponto de não transferir as verbas orçamentadas para as unidades de saúde de ilha.

O subfinanciamento do SRS atingiu 47ME em 2022 e será de cerca de 60ME em 2023. As dívidas a fornecedores não param de crescer - em 2022 atingiram 164ME, em 2023 poderão ultrapassar 180ME.

Por outro lado, o miserável investimento no SRS é uma constante com o governo de direita, como acontecia com os governos do PS. Os sistemas de incentivos à fixação de médicos não funcionaram, como a própria secretária regional da tutela confirma. Os crónicos problemas da deslocação de doentes continuam, assentes num sistema pouco eficiente.

Para além disso, o SRS é um campo de luta de poder entre PSD e CDS. A partilha de poder no SRS - com o HDES a ficar “nas mãos do CDS” e o restante SRS “nas mãos” do PSD, e o Corvo como reino do PPM, foi uma causa de um SRS cada vez mais disfuncional e dividido por capelinhas.

A direita foi incapaz de resolver qualquer problema estrutural do SRS. Não será de admirar que o acumular de problemas na saúde tenha como solução da direita a crescente privatização do SRS, agora que o maior grupo privado de saúde do país já está nos Açores.

Os indicadores da atividade clínica pouco têm evoluído e os hospitais recorrem cada vez mais à produção acrescida - que é na prática uma forma de outsourcing - com redução da atividade própria. Isso demonstra uma diminuição da capacidade de resposta do SRS. A interrupção

voluntária da gravidez deixou de ser garantida na região e os processos de deslocação a Lisboa dificultam o acesso a este cuidado de saúde previsto na lei.

Investir a sério no SRS é urgente, dotando-o de orçamentos adequados, com internalização de serviços contratualizados externamente, investindo na sua modernização urgente em equipamentos e infraestruturas.

A autonomia tem de ser instrumento para atração e fixação de profissionais de saúde com incentivos abrangentes e permanentes. Sem eles não há SRS.

O desinvestimento e a degradação a que o SRS tem sido sujeito, associado a uma crescente dependência do setor privado e de prestadores externos, são o caminho para que o SRS se torne num serviço para quem não tem recursos para aceder ao privado.

Queremos um SRS público e universal para o século XXI capaz de responder por inteiro às necessidades dos açorianos e açorianas, em articulação com o SRS.

Propomos:

- Definir um plano de investimento, através de Decreto Legislativo Regional, para a modernização e substituição de equipamentos no SRS de forma a que tenha a força de lei;
- Criação de um conselho coordenador hospitalar, composto pelos presidentes e diretores clínicos de cada Hospital;
- A construção de novas infraestruturas de saúde, entre as quais o novo centro de saúde da Ribeira Grande, das Lajes do Pico e a nova unidade de diálise para o HDES;
- A criação de novos incentivos à fixação de médicos que se apliquem a todos os profissionais na região;
- A negociação com as estruturas representativas dos médicos de um regime de dedicação plena no SRS, com acréscimo de 40% na remuneração base;
- A implementação de incentivos à fixação de profissionais de enfermagem;
- Rever o Plano Regional de Saúde e o Plano Regional de Saúde Mental;
- O reforço dos meios e equipas nas diversas áreas da saúde, principalmente nas áreas mais carenciadas, como a saúde mental, e com elevada incidência na região, como a área oncológica;
- A revisão das regras de deslocação de doentes de modo a melhorar a sua eficácia;

- Rever as diárias para deslocações de doentes e acompanhantes;
- Garantir soluções de alojamento nas principais cidades do continente para onde são deslocados os doentes do SRS para prestação de cuidados de saúde;
- Rever as dificuldades que impedem a prestação do serviço de interrupção voluntária da gravidez, providenciar meios humanos e materiais para que possa ser feito na região e melhorar o processo de deslocação sempre que não seja possível ser prestado na região.
- Uma nova política para as dependências, com enfoque na prevenção.

6. Uma política de transportes que promova a coesão

O governo acha que a tarifa Açores é a solução para todos os males nos transportes e não só, tal foi o deserto que constituiu a sua política de transportes. O avião cargueiro que tanto anunciaram não saiu dos cartazes do CDS.

A direita usou a difícil situação do Grupo SATA para desbaratar a SATA Internacional em vez de a reorientar para servir os Açores. A privatização que poderá entregar a SATA Internacional a grupos ligados ao turismo que não trazem qualquer mais valia à companhia aérea e que terão carta branca para deixar os Açores. Se o processo falhar os contribuintes serão chamados a suportar os prejuízos.

Os prejuízos da SATA, com a direita, são superiores aos que os governos do PS criaram, apesar das tentativas da administração em os esconder. A direita e a administração da SATA têm um “cachalote” maior do que o dos governos do PS. A estratégia da direita teve em vista a privatização e teve resultados danosos.

No contexto da privatização da TAP, os Açores ficam nas mãos de piratas do ar que, como já se viu, não hesitam em exigir subsídios. Com a direita o horizonte para o transporte aéreo é ficarmos nas mãos da Ryanair ou de outras companhias que têm os Açores no fundo das suas prioridades. O tempo deu-nos razão.

O Bloco defende a manutenção da SATA 100% pública, como garante da mobilidade e da autonomia, devidamente dimensionada e como única prioridade servir os Açores.

O transporte marítimo de passageiros apresentava problemas vários mas em vez de melhorar a operação, o governo de direita acabou com a linha amarela, para mais tarde vir a anunciar a construção de dois novos navios para essa mesma linha, num desnoite total.

Defendemos um transporte marítimo de passageiros que seja promotor da coesão e da

economia local, que promova a coesão e não deixe nenhuma ilha para trás.

No transporte terrestre assistimos à estagnação e ao aumento de preços no período mais crítico da inflação, a reboque da criação de um novo passe gratuito que exclui a maioria da população.

Nos Açores vive-se com serviço de transporte coletivo desatualizado da realidade, das necessidades da população e com preços proibitivos.

O Bloco defende que a curto prazo os transportes coletivos sejam gratuitos para promover a sua massiva utilização e uma mudança profunda e modernização em todo o serviço, a começar pela interligação e integração dos vários operadores.

Propomos:

- O cancelamento do processo de privatização da SATA Internacional e a revisão do plano de reestruturação,
- A negociação com a Comissão Europeia com vista a manter a SATA Internacional e o serviço de handling enquanto empresa totalmente pública, invocando para tal o estatuto de Região Ultraperiférica dos Açores;
- O estabelecimento de parcerias estratégicas entre a SATA e outras companhias aéreas de modo permitir a sustentabilidade futura da SATA Internacional enquanto garante das ligações dos Açores ao exterior;
- A devida compensação pelo Estado pelos serviço público prestado pela SATA Internacional;
- A defesa da revisão do atual modelo de subsídio de mobilidade, garantindo o pagamento máximo de 134 euros pelos passageiros residentes, acabando com o sistema de adiantamentos;
- Implementação dos passes mobilidade aprovados no parlamento por proposta do Bloco e nunca regulamentados e implementados pelo governo regional de direita, estabelecendo um preço máximo de 9 euros por passe mensal;
- Implementação de um programa de renovação, modernização e transição energética da frota de transportes coletivos terrestres dos Açores;
- O reforço dos transportes marítimos de passageiros, implementando a médio prazo ligações no grupo oriental e ocidental em função da disponibilidade de navios construídos e/ou fretados.
- Avaliação das falhas existentes no transporte de carga marítima (cabotagem insular) de

modo a implementar as necessárias correções operacionais, corrigir eventuais incumprimentos dos operadores e propor possíveis alterações legislativas, nunca abdicando da ligação do continente a todas as ilhas e ao mesmo preço.

Justiça na Economia, garantir capacidade de realizar investimento público

Urge diversificar a economia dos Açores, apostando em áreas onde o fator geográfico da região é um benefício ou onde não é *handicap*, como as novas tecnologias.

Ao mesmo tempo, é preciso justiça na economia. Os baixos salários, os horários desregulados, a desigualdade salarial de género e a precariedade, que em regra é superior nas mulheres, são características da economia dos Açores que a direita fomentou.

A precariedade laboral é elevada e o governo subsidiou o seu aumento, pagando subsídios aos patrões para contratarem trabalhadores precários e para compensar o aumento do salário mínimo a empresas que lucram milhões com a exploração laboral.

Alterar essa economia exige também a fiscalização e imposição do cumprimento da lei, assim como a exigência de salários decentes e igualdade salarial no trabalho. Os subsídios públicos à economia têm de impor, como condição, melhor emprego, condições de trabalho dignas e igualdade salarial.

Num contexto de taxas de juro significativas, o governo regional de direita aumentou significativamente a dívida pública da região, sem que tivesse existido investimento público relevante. Ao mesmo tempo, reduziu impostos sobre os lucros e sobre os mais ricos, desequilibrando as contas públicas e colocando em causa o funcionamento dos serviços públicos.

A grande maioria da população em nada beneficiou da reforma fiscal da direita, de cariz liberal. É impensável reduzir o investimento público estratégico naquela que é a região mais pobre, desigual e com menos escolaridade do país. Sem prejuízo de uma revisão da lei de finanças regionais que garanta maiores receitas por via das transferências do Orçamento do Estado, é fundamental garantir que o orçamento da região tenha a robustez suficiente para fazer face às grandes necessidades de investimento que a região apresenta em áreas absolutamente determinantes e para garantir a comparticipação da região em investimentos financiados por fundos comunitários.

Por outro lado, é preciso maior justiça fiscal. A reforma fiscal que a direita fez beneficiou principalmente quem tem elevados lucros e rendimentos mais altos. Os rendimentos mais baixos de quem trabalha não tiveram qualquer redução, pois as famílias com rendimentos até ao quarto escalão de IRS euros não tiveram qualquer redução de impostos. É por isso essencial aumentar a justiça fiscal nos Açores.

A lei de finanças regionais atual, alterada quando a troika aterrou na Portela, é uma lei cínica e injusta. Retira aos Açores quando a crise aperta. O Bloco desde 2017 alerta para esse perigo. A enorme recessão causada pela pandemia resultou numa brutal redução das transferências para a região a partir do OE. Os Açores já perderam mais de 30ME. Entretanto, a legislatura está a terminar, e o governo regional de direita arrasta-se sem se decidir o que quer rever na lei de finanças regionais, atirando a sua proposta para 2024.

O Bloco defende que as transferências anuais do OE não poderão ser reduzidas e devem ser atualizadas anualmente em função do PIB ou dos aumentos salariais.

Propomos:

- A alteração da atual Lei de Finanças Regionais recuperando as regras relativas às transferências para as regiões anteriores à troika, de modo a garantir que estas sejam atualizadas de acordo com o fator mais favorável às regiões: crescimento do PIB ou atualizações salariais da administração pública.
- A criação de uma taxa turística regional de valor variável consoante a época (mais elevada na época alta e reduzida na época baixa) com receitas a serem partilhadas entre a região e as autarquias.
- A criação de um adicional a impostos sobre transações imobiliárias de luxo cuja receita reverte para a região.
- Garantir uma maior justiça fiscal, reduzindo o diferencial fiscal sobre os lucros e rendimentos mais elevados.

- **Emprego com direitos é condição para fixar pessoas**

A cada verão surge um coro de queixas quanto à falta de mão de obra na região. Em regra são os setores que pagam os mais baixos salários aqueles que mais se queixam. Muitos trabalhadores da região, com mais ou menos qualificações, emigram permanente ou temporariamente à procura de melhores condições de trabalho e melhores salários.

A única política da direita perante este cenário foi atribuir mais subsídios aos patrões que pagam o salário mínimo e os continuados subsídios à contratação de trabalhadores, que inclui subsídios à contratação de trabalhadores precários, o que fomenta a precariedade. Direcionar esses recursos para a formação profissional, a qual as empresas são obrigadas por lei a garantir aos seus trabalhadores, é uma forma muito mais produtiva de investimento pois garante empresas mais competitivas e eficazes na sua atividade e valoriza os trabalhadores.

No setor público, o governo de direita terminou abruptamente com os programas ocupacionais sem antes contratar os trabalhadores necessários e integrar aqueles que desempenharam durante anos necessidades permanentes e que mantiveram os serviços públicos a funcionar, o que colocou mesmo em causa o funcionamento das escolas.

A direita mandou para o desemprego centenas de profissionais de saúde que foram essenciais durante a pandemia. Ao mesmo tempo assiste-se a um cada vez maior recurso aos falsos recibos verdes na administração pública.

A disparidade salarial entre homens e mulheres na região atinge valores absolutamente indecentes. Ser mulher trabalhadora numa empresa nos Açores significa ganhar, em média, - menos 92,43€ do que os homens - uma desigualdade salarial brutal!

A entrega de responsabilidades da região, como o apoio aos idosos e à infância ao setor social continua a ser uma forma de desresponsabilização e, principalmente, de baixar custos salariais, externalizando funções do Estado para IPSSs e misericórdias que, por sua vez, pagam, com recurso a dinheiro público, salários mais baixos do que os da função pública. Não há fixação de pessoas quando ter emprego significa tantas vezes viver na pobreza e na precariedade sem possibilidade de sonhar e fazer planos de vida.

As políticas públicas regionais têm de promover melhores condições de trabalho. A atualização do salário mínimo regional, a exigência de melhores salários e de igualdade salarial entre homens e mulheres, a exigência de salários decentes e respeito pelas convenções coletivas de trabalho pelas empresas que recebem apoios públicos, a contratação dos trabalhadores necessários aos serviços públicos e a integração de precários, são condições essenciais para fixação de pessoas. O Bloco não abdica delas.

Propomos:

- O aumento progressivo do complemento regional ao salário mínimo regional até atingir os 10%;
- Reforçar meios e a autonomia da Inspeção Regional do Trabalho, através do recrutamento dos seus dirigentes por concurso público liderado por uma comissão de recrutamento de dirigentes da administração pública.
- Certificar que os regulamentos do Construir 2030 garantem que as empresas apoiadas com fundos públicos criam emprego estável, mas que se garanta a igualdade salarial entre homens e mulheres nas empresas apoiadas e que se cumpram as convenções coletivas de trabalho em vigor para o setor, ou outras mais favoráveis.
- Garantir o reforço de competências e meios da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores.

- Direcionar recursos financeiros atualmente destinados à contratação para a qualificação profissional e formação destinados aos trabalhadores das empresas e desempregados.
- Implementar um programa excepcional de integração de trabalhadores precários na administração pública.
- Integrar nos quadros trabalhadores com contratos COVID no SRS;
- Integrar nos quadros as amas da segurança social;
- Equiparação, com garantia do princípio do tratamento mais favorável, das carreiras das IPSS/Misericórdias às carreiras equivalentes da administração pública.
- Garantir a atualização anual do salário da tabela salarial dos bombeiros;
- Criar, em negociação com os sindicatos representativos dos bombeiros, um novo estatuto dos bombeiros profissionais dos Açores, garantindo a implementação de subsídio de risco e a defesa do direito à reforma aos 60 anos.

7. A cultura como prioridade política e valorizar o desporto e associativismo

A cultura sempre foi vista como um parente pobre das políticas públicas. Com o governo de direita esse preconceito atingiu os níveis mais baixos das últimas décadas. A crónica falta de financiamento agravou-se ainda mais em 2023 e a cultura foi a primeira vítima da restritiva política orçamental do governo. A cultura está sujeita a uma severa política de austeridade que coloca em causa projetos consolidados, o que pode significar um retrocesso enorme na produção cultural na região.

Neste contexto, a candidatura de Ponta Delgada a capital europeia da cultura, apesar de não ter sido o projeto vencedor, poderia ter-se constituído como alavanca de uma nova dinâmica no setor cultural da região. Com o governo de direita e a sua visão curta e conservadora, esse impulso apenas serviu de show-off, mas não terá continuidade.

É necessário uma nova política cultural com novos instrumentos de apoio, orçamento e previsibilidade, mas também uma direção regional que seja mais do que um departamento burocrático e promova a fruição da cultura a cada uma das nossas freguesias, de Santa Maria ao Corvo.

As associações coletivas têm um papel fundamental na área sócio cultural dos Açores, mas é cada vez mais difícil assegurar o funcionamento dessas coletividades por falta de disponibilidade das pessoas para dirigir os seus órgãos sociais, porque isso exige tempo e dedicação.

É importante valorizar o dirigente voluntário.

Propomos:

- Desenvolver, num processo participado e articulado com os diversos agentes culturais, públicos e privados, um plano de desenvolvimento cultural dos Açores;
- Revisão do regime jurídico de apoio às atividades culturais, simplificando-o, desburocratizando-o e garantindo projetos a médio prazo, em linha com a proposta já apresentada pelo Bloco de Esquerda;
- Reforçar o orçamento para a cultura e garantir o pagamento atempado dos apoios à atividade cultural;
- Garantir a produção cultural pelas instituições e agentes culturais da região e apostar na sua itinerância e intercâmbio entre as várias ilhas;
- Reforço do apoio e cooperação com a RTP/Açores.
- Atualização e reforço dos apoios aos custos de produção à comunicação social, garantindo de forma objetiva e isenta recursos para a manutenção de uma comunicação social regional e local.
- Criação de um programa de criação de públicos para a comunicação social local, garantido a cada jovem entre os 14 e os 24 anos uma assinatura de um jornal regional ou local à sua escola.
- Reorganização funcional da Direção Regional da cultura no sentido de otimizar recursos.
- Valorização e recuperação do património cultural edificado e em risco de desaparecimento.
- Definição de estratégia de divulgação do património imaterial da região.
- Criação do Estatuto do Dirigente Voluntário da Região Autónoma dos Açores, no sentido de prever a dispensa parcial da atividade profissional, um regime de marcação de férias específicas, seguros e apoio à formação.
- Reforçar os apoios financeiros às instituições, diminuindo o custo das despesas.
- Criação de um Centro de estágios desporto

8. Aprofundar direitos, combater o conservadorismo e o patriarcado

O empenho na defesa intransigente dos direitos das mulheres tem sido marca do Bloco nos Açores.

Séculos de uma sociedade profundamente conservadora, assente no patriarcado criaram um lastro que ainda perdura. A violência contra as mulheres, a discriminação e a opressão contra as pessoas LGBTQIA+ são uma pesada herança que os Açores carregam e da qual ainda não se libertaram.

A pobreza feminina é geracional, fruto de séculos de uma sociedade patriarcal que ainda persiste. Os baixos salários, a menor participação da mulher no trabalho, a baixa escolaridade, são causas das baixas pensões.

Os direitos das mulheres continuam a ser colocados em causa e até o SRS tem negado o direito à IVG a muitas mulheres, por via da não realização da IVG nos dois dos maiores hospitais da região durante vários anos.

Nos Açores tantas e tantos jovens LGBTQIA+ são ainda perseguidos e vítimas de violência doméstica e têm de abandonar as suas casas e até mesmo os Açores para poderem viver uma vida plena, sem medo.

Há tanto por fazer, seja no combate contra a violência de género, na recusa de todas as discriminações na efetivação da igualdade no trabalho e de direitos. Queremos reforçar a proposta política para que os Açores sejam uma região sem discriminação, e o envolvimento e apoio aos movimentos feministas e às manifestações da comunidade LGBTQIA+, de que o retomar da marcha Pride Azores é sinal de coragem e esperança.

Propomos:

- Criação de um concurso regional de ideias de fomento da igualdade de género e combate à violência doméstica e no namoro, dirigido às escolas da região;;
- Criação de programas específicos para a valorização profissional de progenitores com famílias monoparentais;
- Combate à discriminação das pessoas LGBTQIA+, com especial incidência em meio escolar, através da criação e desenvolvimento de planos específicos de combate à discriminação;
- Garantir a igualdade de género nos prémios no desporto;
- Disponibilização de uma aplicação de denúncia de situações de violência doméstica;

- Implementação de medidas de prevenção e combate à violência obstétrica nos hospitais da região;
- Garantir o efetivo direito à IVG nos três hospitais da região e implementar medidas de operacionalização do procedimento mais céleres e com proteção da privacidade das mulheres nas ilhas sem hospital;
- Reforço aumento de redes de casas para vítimas de violência doméstica;
- Combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres, garantido que, em igualdade de circunstâncias, trabalho igual corresponda a salário igual;
- Garantir o reforço de competências e meios da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores.
- Distribuição de produtos de saúde menstrual nos centros de saúde e escolas da região;

9. Proteger o ambiente, garantir uma transição energética justa

A direita não trouxe qualquer mudança às políticas ambientais que vinham a ser seguidas pelos governos do PS.

Com este governo, apesar da cruzada pessoal do líder do PPM contra a incineração, o projeto avançou, não fosse a marca do centrão. A política de resíduos continuou a marcar passo, com baixas taxas de reciclagem, fruto da aposta na incineração.

Na energia, o governo continua a amarrar os Açores a uma dependência do combustível mais poluente para produção de energia - o fuelóleo -, fornecido à EDA pelo seu maior acionista privado que é quem manda na elétrica açoriana. A transição energética tem de se fazer com justiça, tem de chegar a toda a gente e não apenas a quem mais tem ou a quem controla o fornecimento de combustíveis. O papel do Bloco na denúncia do negócio do fuelóleo, que garantiu transparência e a abertura para mudanças no futuro. Mas até aqui o governo regional nada fez. Continuando esse caminho, a região continuará, ao nível energético, nas mãos do grupo Bensaúde.

É nos Açores, apesar das temperaturas amenas, que a pobreza energética é mais intensa. O combate à pobreza energética deve ser uma prioridade da política energética na região.

A adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas tem sido mal gerida na região. As constantes inundações, com danos materiais graves, em várias ilhas denotam falta de capacidade de atuação e erros de planeamento e ocupação do nosso solo. É fundamental mudar este paradigma, planear e investir, para além do nosso contributo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, no ordenamento do território, no uso do solo e na mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

No mar assiste-se a uma gestão incompetente e imprudente dos recursos, com má gestão de quotas e falta de dado para monitorização de espécies importantes, e até à mudança do calendário de defeso de espécies por acasão de festas. Um ridículo exemplo de como a direita governa: tudo serve e tudo vale para garantir o apoio de caciques locais, mesmo que isso coloque em causa o ambiente.

O mesmo acontece com a constante insistência em se procurar autorizações excepcionais para abate de espécies de aves protegidas sem qualquer sustentação científica.

Com a direita o território continua a ser esventrado pela construção desregrada e os planos de ordenamento de pouco valem ou são letra morta, como é o plano de ordenamento turístico.

O atual governo regional colocou na gaveta o tema da descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, esperando que eventuais alterações na geoestratégia mundial desencadeadas pela guerra na Ucrânia, levem a uma reativação da base das Lajes. Para a direita, vale mais a geoestratégia e a subserviência aos EUA do que o ambiente e saúde pública.

Devido à sua falta de preocupação com os problemas ambientais e em resolvê-los atempadamente, o governo acabou com o “aterro zero”, nas Flores, aterrando 1300t de resíduos.

A gestão dos recursos marinhos tem de ser rigorosa. A implementação de zonas marinhas protegidas deve ser feita de forma democrática e participada e ser associada a apoios à perda de rendimento dos pescadores.

Propomos:

- Aumentar a penetração de energias renováveis na região, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis, nomeadamente do poluente fuelóleo e diesel, em todas as ilhas;
- Garantir, através de lançamento de procedimento de contratação pública, que o preço máximo do fuelóleo ou outro combustível que a EDA adquira tenha como limite os valores aceites pelo regulador e que não existam conflitos de interesses causados pelo duplo papel dos acionistas da EDA - vendedor exclusivo de combustível à EDA e seu principal acionista privado;
- Reforçar apoios à melhoria da eficiência energética nas habitações e criar um amplo plano de combate à pobreza energética;
- Investimento e promoção da utilização dos transportes coletivos;
- Implementar medidas de ordenamento do território que garantam a proteção e

- conversão dos terrenos de elevada altitude em floresta e turfeira;
- Desenvolvimento de políticas de conservação da natureza com ações de renaturalização, proteção de espécies e habitats endémicos nativos;
 - Implementar planos de gestão das áreas protegidas com reforço de medidas de proteção;
 - Implementação de áreas marinhas protegidas, em diálogo e articulação com os diversos interessados, garantindo apoios à perda de rendimento dos pescadores;
 - Exigência de maior rapidez e transparência na descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira por parte do parlamento e governo regional;
 - Mudanças profundas nas políticas de gestão de resíduos na região, implementando políticas de Zero Resíduos que assentem na sustentabilidade local, reduzindo os custos para os cidadãos e, ao mesmo tempo, fomentando a criação de emprego e contribuindo para o combate às alterações climáticas;
 - Estudar e implementar medidas de prevenção do alastramento e combate à infestante invasora *Ipomoea*;
 - Estudar e Implementar medidas de prevenção do alastramento e combate à alga invasora *Rugulopteryx okamurae*.

10. O respeito pelo bem-estar animal é mais do que flores na lapela

Orgulhamo-nos do trabalho que fizemos para terminar com os abates de animais de companhia nos Açores, mas é preciso ir mais longe na política de combate ao abandono e de promoção da esterilização. O governo de direita não ouviu associações do setor e delineou uma política de cortes nos apoios.

Além disso, o governo nunca deixou de defender e subsidiar práticas que causam sofrimento e morte de animais para diversão e para agradar ao lobby tauromáquico. É fundamental trazer cada vez mais pessoas para o lado de quem considera que os animais não são entretenimento.

Propomos:

- Implementação de campanhas de esterilização de animais de companhia permanentes e ininterruptas, em cooperação com as autarquias e associações de proteção e

bem-estar animal.

- Melhorar e aumentar os apoios às associações de proteção e bem-estar animal.
- Fim de financiamento público a práticas que inflijam sofrimento animal para diversão.

Aprofundar a autonomia, reforçar competências

Nos últimos anos têm existido recorrentes debates sobre os caminhos para a autonomia. Data de 2014 a tentativa de retirar aos Açores qualquer poder sobre o mar. O governo do PS na república apresentou agora uma nova proposta de lei do mar que retira aos Açores o poder de decisão sobre os grandes projetos.

A moratória à mineração em mar profundo fica seriamente ameaçada pela Lei do Mar que o PS quer aprovar, pois será ultrapassada pela declaração de “interesse nacional” da mineração do mar profundo. Não desistimos de garantir aos Açores o poder de decisão sobre o mar contíguo à região.

O PS assume uma posição que só pode significar que não quer fazer qualquer aprofundamento da autonomia regional e o PSD não é capaz de apresentar uma proposta com a qual alguém do PSD concorde: nem o PSD/Açores, nem o PSD/Madeira, nem os deputados que a defendem na AR se revêem no que defende.

O centrão, de quem depende inteiramente o aprofundamento da autonomia na constituição na atual legislatura, é um bloqueio ao aprofundamento da autonomia.

No parlamento dos Açores e na Assembleia da República, o Bloco apresentou um projeto de revisão constitucional profundamente autonomista. A clarificação dos poderes da região sobre o mar, a extinção do representante da república substituído por uma solução que emana da democracia e da autonomia são as marcas desse trabalho.

A lei de finanças regionais atual, alterada quando a troika aterrou na Portela, é uma lei cínica e injusta. Retira aos Açores quando a crise aperta. O Bloco desde 2017 alerta para esse perigo. A enorme recessão causada pela pandemia resultou numa brutal redução das transferências para a região a partir do OE. Os Açores já perderam mais de 30 ME. Entretanto, a legislatura está a terminar, e o governo regional de direita arrasta-se sem se decidir o que quer rever na lei de finanças regionais, atirando a sua proposta para 2024.

O Bloco defende que as transferências anuais do OE não poderão ser reduzidas e devem ser atualizadas anualmente em função do PIB ou dos aumentos salariais.

Propomos:

- A alteração da atual Lei de Finanças Regionais recuperando as regras relativas às transferências para as regiões anteriores à troika, de modo a garantir que estas sejam atualizadas de acordo com o fator mais favorável às regiões: crescimento do PIB ou atualizações salariais da administração pública.
- Propor a alteração da lei do mar, concedendo poder de decisão às regiões autónomas no que respeita à gestão e ordenamento do mar contíguo, mesmo na plataforma continental estendida.
- Defender a extinção do representante da república e a sua substituição por figura eleita por maioria de $\frac{2}{3}$ na ALRAA.
- Garantir a votação em braile em eleições legislativas regionais

Transparência e despartidarização da administração pública

O governo regional de direita significou uma intensificação do controlo partidário da administração pública autónoma. A promessa de José Manuel Bolieiro e do PSD de “desgovernamentalizar” os Açores, significava afinal um reforço dos “jobs for the boys” nos Açores.

O próprio tribunal de contas apontou, em relatório de auditoria e em várias secretarias, graves irregularidades nos processos de recrutamento de dirigentes para a administração pública. Muitas dessas irregularidades serviram para povoar os cargos dirigentes de militantes dos partidos da coligação, muitos sem qualificações para as funções que desempenhavam.

A este cenário, o Bloco propôs a criação de uma comissão de recrutamento de dirigentes da administração pública, que não chegou a ser votada, e que contrasta com a proposta do governo regional que pretendia manter tudo na mesma.

O “gabinete de combate à corrupção” criado pelo governo regional a pedido do Chega permaneceu calado perante todos os atropelos que se registaram, aos negócios de empresas de membros do governo com o próprio governo e aos lucros milionários gerados pela venda de fuelóleo à EDA pelo seu acionista privado.

Há vários anos que o Bloco luta pela despartidarização da administração pública, tendo garantido medidas que tornaram mais transparentes e objetivos os concursos de recrutamento de pessoal. Eliminamos a entrevista pessoal de seleção e garantimos o anonimato das provas. É possível ir mais longe.

Propomos:

- A criação de uma comissão independente para recrutamento dos dirigentes da administração pública, até ao cargo de diretor regional;
- A digitalização dos processos de seleção de pessoal e a garantia de que a maioria dos elementos dos júris dos concursos são externos aos serviços onde ocorre a contratação.